



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Imagem obtida pelo Correio



Na mira dos corretores de imóveis

Ao deflagrar, ontem, a Operação Jardins Ararauna — no condomínio em construção com esse nome no Altiplano Leste, próximo à Ponte JK — o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) mira corretores de imóveis que anunciaram a venda dos terrenos em área ilegal na região privilegiada do Jardim Botânico. O imóvel pertence a particulares, mas não é passível de regularização, segundo o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot). Isso se deve a que, nas redondezas do local, há previsão de captação de água para abastecimento de Brasília e está em zona rural de uso controlado. Segundo os responsáveis pela investigação, os corretores e empreendedores podem ser enquadrados no artigo 50 da Lei nº 6766/79, de parcelamento do solo. A legislação prevê penas de um a quatro anos de reclusão tanto em caso do loteamento quanto da divulgação de venda de terrenos em área parcelada sem autorização do Poder Público.

Derrubada

Na operação, toda a infraestrutura do condomínio Jardins Ararauna foi derrubada pelo DF Legal. Lá havia uma guarita, muros, marcação de 16 terrenos de 1050 m2 e até abertura de uma via principal. Segundo a investigação dos promotores de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (2ª Prourb) e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do MPDFT, o parcelamento teve início entre julho de 2021 e abril de 2022.

18 alvos de busca

Com autorização da Vara Criminal do Paranoá, foram cumpridos 18 mandados judiciais de busca e apreensão contra diversos alvos (pessoas físicas, imobiliárias e corretores de imóveis), sendo 17 no DF e um em Goiânia (GO). O objetivo dos investigadores é apurar crimes de parcelamento do solo para fins urbanos, dano ambiental, lavagem de dinheiro e possível organização criminosa.

Fato consumado

Segundo apontam as investigações, nas negociações com possíveis compradores dos terrenos os corretores diziam que a área seria regularizada. É aquela velha história dos condomínios do DF: depois que entra, é difícil tirar.



Sem interesse em promoção

Atuante no Ministério Público Federal, a procuradora regional da República Janice Ascari já tem tempo para pleitear uma promoção para o último nível da carreira: subprocuradora-geral da República. Mas disse, nas redes sociais, que quer ficar onde está. "Recusei, novamente, ser candidata à promoção a Subprocuradora-Geral da República, último grau da carreira. No momento atual, não tenho interesse", afirmou. Fica em São Paulo.



Redes Sociais/Reprodução

TJDFT/Divulgação



Coragem para denunciar abusos

O 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Desembargador Roberval Belinati, participou do evento do Governo do Distrito Federal (GDF) para a abertura da semana temática do Maio Laranja de combate ao abuso sexual infantojuvenil no DF, realizado na noite de terça-feira, no Sesi Lab. A cerimônia, uma iniciativa da Secretaria de Justiça e Cidadania do DF (Sejus), contou com a presença da secretária de pasta, Marcela Passamani, da ativista Luiza Brunet, do juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF, Evandro Amorim, além de autoridades, políticos, juristas e membros da sociedade civil. Belinati enfatizou a coragem de pessoas que passaram por abusos e violência e que usam essas experiências para, atualmente, combaterem tais práticas na sociedade. Citou o exemplo da empresária e ativista na luta contra violência sexual e doméstica Luiza Brunet, e da senadora Damares Alves (Republicanos-DF). "É muito triste falar sobre violência sexual. Esse é um problema grave, que o Estado tem que orientar, principalmente, a nossa juventude. Essa orientação tem que começar nas escolas. O TJDFT tem promovido cursos de capacitação para conselheiros tutelares, professores e pessoas que trabalham com esse público", disse o vice-presidente.

Mensagens indicam esforço para conter golpistas na Praça dos Três Poderes

O ex-comandante-geral da Polícia Militar Fábio Augusto Vieira prestou depoimento na última sexta-feira no processo em que foi denunciado pela atuação no 8 de janeiro de 2023. Ele voltou a dizer que fez o que estava a seu alcance para mobilizar a tropa e impedir a invasão e a destruição dos prédios na Praça dos Três Poderes. A defesa do coronel que agora está na reserva entregou uma série de mensagens trocadas com subordinados de Fábio Augusto em que ele ordena a mobilização dos policiais militares.

Divulgação



Ed Alves/CE/DA Press



Onde estão o choque e a cavalaria?

Às 13h24, o coronel Fábio Augusto manda um áudio para o coronel Marcelo Casimiro, então comandante do 1º Comando de Policiamento Regional da PMDF quando os atentados ocorreram. "Casimiro, orienta as linhas de revista aí, para não deixar passar nenhum material parecido com barracas tipo iglu, esses negócios, para não deixar esses caras montarem barracas", solicita o militar. Em seguida, às 14h02, o então comandante-geral reforça: "Onde estão choque e cavalaria?" Um minuto depois, insiste: "Outra coisa, você está aí na marcha e a linha de revista está reforçada, cara, porque tem muita mochila lá, tá?"

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

INVESTIGAÇÃO / Sinval Ferreira é acusado de violação sexual mediante fraude e extorsão. Religioso alegava que precisava "quebrar a maldição" de fiéis. Em troca, o religioso mantinha relações íntimas com as vítimas, que eram ameaçadas

MP denuncia pastor que abusava fiéis

» DARCIANNE DIOGO

Reprodução/Redes Sociais

De possuidor do "dom das revelações espirituais" à prática contínua de abusos sexuais. O pastor evangélico Sinval Ferreira, de 41 anos, da Igreja Casa de Oração Pentecostal Missionária, em Samambaia Norte, foi preso na manhã de ontem e denunciado pelo Ministério Público (MPDFT). Ele é acusado de violação sexual mediante fraude (por meio de enganação), e extorsão (exigir pagamento sob forte ameaça). A predileção do pastor era por homens mais jovens e, por vezes, comprometidos — casados, noivos ou com namoradas. Ao menos três pessoas foram vítimas do religioso.

Pelas investigações da Polícia Civil (PCDF), o religioso se utilizava da fé e crença dos fiéis "para fazer revelações", prometendo a "quebra da maldição", mas com uma condição específica: manter relações sexuais. Uma outra pastora, de 58 anos, de Sobradinho, cujo nome tem sido preservado, é suspeita de ser cúmplice dos atos.

Ontem foram expedidos mandados de busca e apreensão em Samambaia, Sobradinho e Vicente Pires — áreas suspeitas de



Segundo a polícia, o religioso ameaçava de morte algum parente próximo da vítima

atuação da dupla. As penas impostas aos pastores podem chegar a 17 anos de reclusão. Os investigadores chegaram à dupla após uma série de denúncias de fiéis.

Na igreja, o pastor Sinval era

conhecido pelo "dom da revelação". Um fiel relatou à Polícia Civil que foi abordado pelo religioso, durante um culto, e que ouviu uma "profecia" bastante aterrorizadora: que a mulher dele iria morrer. Para "quebrar a

maldição" de morte, segundo o pastor, a solução seria a realização de sete "unções". Essas "unções" teriam que seguir um protocolo: nas partes íntimas do marido para assim "proteger" a esposa da maldição.

Com medo, a vítima cedeu e manteve relações com o pastor. O detalhe que chamou a atenção dos policiais é que antes, durante e depois do ato sexual, o pastor Sinval abriu a Bíblia e escolheu versículos e os leu para o fiel, que se disse incomodado com a situação.

De acordo com a apuração policial, da 26ª Delegacia de Polícia (Samambaia Norte), o pastor agia sempre ameaçando de morte algum ente próximo da vítima — esposa, noiva, namorada, filho e outros. O que obrigava os fiéis a terem relações sexuais com ele.

Há relatos de que o pastor exigia ainda que os fiéis mantivessem relações sexuais com outros integrantes da igreja, mesmo que não manifestassem desejos entre si. A pastora de uma igreja de Sobradinho é apontada como cúmplice, pois teria conhecimento das ameaças, que chamava de "castigo celestial". Os policiais descobriram que essa pastora também manteve relação sexual com vários

fiéis, por vezes, na presença do pastor.

Extorsão

De acordo com os investigadores, o pastor, além de exigir que os fiéis mantivessem relações sexuais com ele, também fazia chantagem para que repassassem valores, chamados de "ofertas", espécie de quantia doada à igreja para manutenção e organização do templo religioso. Aquele que se recusasse, Sinval avisava que estava sob forte risco de morte ou de perda da mobilidade física.

Uma fiel contou à polícia que, além de repassar R\$ 20 mil em "doações obrigatórias" para igreja, chegou a pagar passagem e hospedagem para o pastor viajar para o Rio de Janeiro. Essa mesma vítima relatou ter emprestado uma chácara para Sinval, onde ele realizava encontros sexuais, chamados por ela de "orgias" com integrantes da igreja. O Correio tenta contato com a defesa do pastor. O espaço segue em aberto.

17
anos

é o tempo de prisão que o pastor pode ser condenado a cumprir